A CRECHE ONTEM E HOJE

Cristiane Alves de Souza
Rozilda Soares dos Santos

RESUMO

Este artigo discute aspectos relacionados à construção do entendimento da história da Educação Infantil nas creches, buscando esclarecer as transformações sofridas por estas instituições e a sua influência na educação das crianças. Enfatiza ainda, como e por qual motivo a creche surgiu, e as forças que asseguraram a sua sobrevivência. Tendo em vista o forte caráter assistencial e filantrópico que marcou o trabalho das primeiras instituições, consideramos importante descrever os principais fatos históricos, discutir a postura dessa instituição frente à educação da primeira infância, e também, trazer algumas leis que regulamentam a Educação Infantil no Brasil. Para a construção deste artigo foi realizada pesquisa bibliográfica e análise de documentos e propostas relacionadas às creches, trazendo a reflexão a respeito do processo de escolarização nos primeiros anos de vida. A história das creches como instituições educacionais no Brasil é um fato recente; tanto a identidade da instituição, quanto os profissionais que nela atuam estão em processo de construção, pois a concepção dessa instituição e a forma de trabalhar com as crianças estão sendo cada vez mais analisadas e aprimoradas. As discussões, pesquisas e reflexões sobre o tema são elementos de extrema importância, pois proporcionam um melhor entendimento sobre o funcionamento das creches e favorecem a utilização de métodos mais eficazes para serem trabalhados na educação infantil dentro destas instituições.

Palavras chave: Creche. Educação. Família. Assistencialismo.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o processo histórico da creche, enfocando o início dessa instituição e a composição de forças que asseguraram sua sobrevivência histórica. Vários trabalhos direcionados à creche vêm sendo publicados, o que representa grandiosas significações conceituais e teóricas relacionadas à história da criança. Este estudo surgiu com o propósito de abordar os aspectos relacionados a essas instituições no Brasil e a sua influencia na Educação Infantil, trazendo as diversificações políticas de determinados períodos históricos, os significados, conceitos e funções que a creche adquiriu até a atualidade. Além de proporcionar algumas formas de reflexões que sirvam como base para a formação dos estudantes de pedagogia e demais interessados nos estudos da educação infantil e da creche, promovendo assim, mais conhecimento sobre o assunto e um maior interesse para trabalhar nessa área.

A temática em análise enfoca o contexto social em que a instituição foi criada, evidenciando, com isso, a serviço de quem estava a creche e como a criança que a freqüentava era vista socialmente. São abordadas também as concepções e funções atuais dessa instituição, e as mudanças que aconteceram com o decorrer dos anos, as quais fizeram com que as creches passassem a ter, não só a função assistencialista, mas também um compromisso maior com a educação das crianças.

Esta pesquisa tem por objetivo investigar os aspectos históricos, os avanços, e retrocessos, as reformas e os significados, relacionados à creche no país e a influência dessa instituição na Educação Infantil.

Diante desses pressupostos, este artigo desenvolve alguns resultados diante de investigações bibliográficas fundamentadas em autores como Rizzo (2003), Oliveira (2002), Kuhlmann (2001) e outras fontes que versam sobre os aspectos das creches. Para a construção deste trabalho acadêmico foi realizada uma pesquisa bibliográfica, constituída principalmente de livros, artigos publicados em periódicos e sítios eletrônicos governamentais, que serviram para nortear o desenvolvimento do mesmo, com um estudo histórico e descritivo dos fatos. Sendo que o acervo serviu para a construção de um rápido, mas significativo, entendimento da história da Educação Infantil nas creches e suas concepções, favorecendo uma reflexão a

respeito do processo de escolarização nos primeiros anos de vida, além de mostrar a construção de valores, hábitos e costumes aplicados pelos educadores em sala de aula. Com este estudo, buscar-se-á esclarecer as reformas e compreender cada significado histórico que ocorreu nas creches até hoje.

De acordo com Oliveira (2002), até meados do século XIX, o atendimento de crianças pequenas em creches não era comum no Brasil. Mas a partir da segunda metade do século XIX, essa situação começa a se modificar. Somente a partir dos anos oitenta é que tiveram inicio no Brasil debates sobre a função da creche na sociedade, momento no qual, a creche passa a ser pensada e reivindicada como um lugar de educação coletiva para as crianças, verificando-se, assim, a busca pela superação da visão do papel assistencialista com o qual sempre foi identificada.

As modificações que vêm ocorrendo nas creches ao longo dos anos devem ser compreendidas dentro de um contexto sócio-político e cultural que inclui a expansão da industrialização e do setor de serviços em escala crescente, decorrente da urbanização. Construir creches que não sejam instituições autoritárias, isoladas ou distantes das necessidades das famílias e não compreendam a socialização como um ajustamento da criança à cultura dominante requer, no mínimo, que seja discutido o modelo histórico da criança difundido na sociedade. Por isso a proposta pedagógica para as creches deve envolver condições para que as crianças interajam com os adultos e outras crianças, e possam construir significações de si mesmas e do mundo a sua volta, desenvolvendo suas habilidades, num clima de autonomia e cooperação.

Para constituir-se efetivamente em ambiente estimulador do desenvolvimento pleno da criança, a creche, de um modo geral, vem assumindo cada vez mais o seu caráter educacional, buscando favorecer condições para que os profissionais que nela atuam também o assumam e apliquem.

Muitos fatos e mudanças que aconteceram na educação infantil foram explorados e contribuíram para a melhoria da educação atual, através de diversas idéias, experiências, conceitos e práticas desenvolvidas por pensadores e estudiosos que buscaram analisar o verdadeiro significado da educação infantil nas creches do passado e do presente, de ontem e de hoje.

A CRECHE ONTEM

Há uma interpretação que acompanha a história da educação infantil que afirma que as creches foram criadas para as crianças pobres, das quais os pais não podiam cuidar, pois precisavam trabalhar e não tinham condições de pagar uma pessoa para tomar conta das crianças. Durante muitos séculos o cuidado e a educação dos pequenos foram vistos como responsabilidade da família, principalmente das mulheres. Após o desmame a criança era considerada como um adulto e quando passava a depender menos dos outros, começava a ajudar os pais ou responsáveis em tarefas do cotidiano, aprendendo com as atividades de “gente grande” a se integrar socialmente. Nas classes mais altas a rotina era um pouco parecida, mas as crianças eram mais valorizadas e paparicadas, mesmo assim, os adultos não consideravam a sua identidade pessoal (OLIVEIRA, 2002). É nesse contexto que vai se delineando a importância das creches.

> O recorte em favor da família como matriz educativa preferencial aparece também nas denominações das instituições de guarda e educação da primeira infância. O termo francês crèche equivale a manjedoura, presépio. O termo italiano asilo nido indica um ninho que abriga. (OLIVEIRA, 2002, p.58).

Para a autora, devido ao predomínio quase exclusivo da família para educar as crianças, arranjos alternativos para oferecer cuidados aos pequenos com situação menos favorecida foram sendo criados. Esses arranjos envolveram desde o uso de redes de parentesco ou de “mães mercenárias” até a criação de “rodas”, cilindros de madeira construídos nos muros das igrejas ou hospitais de caridade para que os bebês fossem deixados, sem que o depositante fosse identificado, para serem recolhidos e levados para lares substitutos.

> Com relação ao atendimento prestado especificamente à infância, as primeiras instituições criadas com essa finalidade na Europa foram as salas

> de asilo ou salas de custódia. “Seu objetivo era amparar a infância pobre e tinham como única preocupação a guarda pura e simples dessas crianças, o que era feito em instalações bastante inadequadas e com procedimentos que não envolviam qualquer preocupação educativa”. (KISHIMOTO, 1988, p. 44).

Oliveira (2002), afirma que nos séculos XV e XVI, novos modelos de educação foram sendo criados para responder aos desafios que a sociedade européia vivia. As mudanças sócio-econômicas, os conflitos, as guerras freqüentes e as situações que tornavam as crianças cada vez mais vítimas da pobreza, do abandono e de maus-tratos que os países europeus presenciavam, foram um marco importante para que serviços de atendimento, prestados por mulheres da comunidade, fossem organizados para cuidar das crianças que eram abandonadas e para os pequenos que os pais não podiam cuidar, pois tinham que trabalhar nas fábricas, fundições e minas originadas da Revolução Industrial da Europa ocidental. Com o passar do tempo, arranjos mais formais para o atendimento das crianças fora da família foram surgindo. Essas instituições de caráter filantrópico tinham o objetivo de prover os cuidados das crianças na faixa dos dois ou três anos, criando condições para o desenvolvimento infantil da forma como pensavam que deveria ser o destino dessas crianças. Aos poucos também foram sendo criados os asilos e outras instituições direcionadas ao atendimento de crianças maiores de três anos, que eram filhos de operárias. Muitas dessas instituições surgiram para combater as péssimas condições de saúde das crianças pobres.

As iniciativas francesas, como as do Padre Óberlin, emergiam como forma de mudar esse cenário, visavam atender às crianças cujos pais trabalhavam. Tais propostas já esboçavam certas preocupações com a educação da criança no Brasil.

> Diferenciando-se de países industrializados, o Brasil dá início à organização das primeiras creches no começo deste século (século XX), com uma clientela composta basicamente de filhos de indigentes e órfãos. Em São Paulo, as creches atendem principalmente o contingente de mulheres e crianças na extrema miséria, que aumentam os núcleos urbanos, fruto do deslocamento de populações pobres, em busca de melhores condições de vida. (KISHIMOTO, 1988, p. 24).

As primeiras creches em muitos aspectos confundiam-se com os asilos infantis, pois as entidades que foram instaladas em São Paulo, no final do século

XIX, como as de Anália Franco, atendiam a crianças órfãs e abandonadas, que se encontravam em regime de internato, ao invés de cuidar dos filhos de operários que precisavam trabalhar, como acontece nos dias de hoje. Um aspecto de grande influência na caracterização do tipo de serviço prestado pela creche, bem como na percepção pelos funcionários e pela população, desta como um local que oferece atendimento caridoso aos desprotegidos. Tal conceituação tem suas origens no próprio processo de criação da creche e também no fato de que o Estado não teve qualquer participação na implantação e funcionamento inicial das instituições de atendimento infantil. Este atendimento é, durante um longo período, realizado por entidades de natureza filantrópica, quase que exclusivamente por entidades religiosas, especialmente pela igreja católica (KISHIMOTO, 1988).

Para Oliveira (2002), historicamente a creche é vista como abrigo assistencial para a população infantil desprovida de cuidados familiares. Ela define a infância como uma questão de ordem privada e não considera a comunidade como a maior ou a única agente participante e responsável pela educação das crianças, ou seja, a autora deixa a responsabilidade "nas mãos" da família.

> As idéias de abandono, pobreza, culpa, favor e caridade impregnam, assim, as formas precárias de atendimento a menores nesse período e por muito tempo vão permear determinadas concepções acerca do que é uma instituição que cuida da educação infantil, acentuando o lado negativo do atendimento fora da família. (OLIVEIRA, 2002, p.59)

A história da creche mostra que, como instituição, ela passou por ciclos de expansão e de retraimento. Haddad (1993), analisando esses ciclos, evidencia que o desenvolvimento das creches ocorreu por motivos exteriores às necessidades das crianças na faixa etária de zero a três anos.

O surgimento das creches nos países europeus e norte-americanos ocorreu no século XIX, ao passo que no Brasil as creches surgiram no início do século XX. O caráter assistencialista dessas primeiras unidades de cuidado com menores foi reforçado pela idéia de que o meio familiar é o melhor local para o desenvolvimento da criança. No início essas instituições, com caráter assistencial-filantrópico, vinculam-se à falta de preparo das mães para cuidar de seus filhos e não à proteção da criança, por conta, da ausência da mãe trabalhadora, como ocorre nos dias de hoje. Ao mesmo tempo em que surgiu para atender à necessidade da mulher-

operária por não ter alternativa quanto ao lugar para deixar os seus filhos, a creche surgiu também para atender aos filhos de mães que não sabiam cuidar adequadamente de suas crianças. Desta forma, caracterizou-se como uma relação de favor entre as associações provedoras e as famílias. (HADDAD, 1993).

Para Rizzo (2003), o aumento significativo no atendimento em creches acabou refletindo uma tendência à universalização da educação infantil. Reforça-se, portanto, a concepção de que a creche constitui um bem, uma conquista, um direito não só para o filho da mãe trabalhadora, mas uma instituição educacional potencialmente destinada a todas as crianças.

Apesar das creches possuírem no início o objetivo assistencialista, Kuhlmann (2001), ressalta que essas instituições preocupavam-se com questões ligadas não só aos cuidados físicos, mas à educação, à pedagogia, já no período inicial, ou seja, os fatores econômicos e sociais sobressaíram diante dos aspectos pedagógicos, no entanto, estes se encontravam, tão somente, em estado de latência ou em segundo plano. Para Oliveira (2002), a educação da criança em creches, suas práticas educativas e conceitos básicos, foram baseados em situações e necessidades da sociedade, que geraram regulamentações e leis como políticas públicas. Segundo Rizzo (2003), conhecer a história das instituições e das políticas públicas da educação infantil pode apontar caminhos para compreendermos as contradições que foram geradas com o passar do tempo.

Enquanto em outros lugares do mundo o surgimento das creches servia para que as mulheres tivessem condições de trabalhar nas indústrias, no Brasil, as creches populares serviam para atender não apenas aos filhos das mães que trabalhavam na indústria, mas também aos filhos das empregadas domésticas. As instituições populares prestavam-se somente ao que se referia à alimentação, higiene e segurança e eram chamadas de Casa dos Expostos ou Roda. Essa concepção assistencialista de creche permeou a maioria das instituições de atendimento infantil, onde a preocupação educacional, quando existia, era secundária.

A creche seguiu modelos de funcionamento de acordo com os padrões de família e de maternidade que foram sendo propostos por especialistas de várias áreas do conhecimento, dando novos contornos a sua prática institucional. Além das carências econômicas, morais e higiênicas, novas carências infantis foram sendo descobertas, como por exemplo, as afetivas, nutricionais, culturais e cognitivas, as

quais impulsionaram a introdução de sucessivas mudanças no funcionamento das creches.

A CRECHE HOJE

Vários setores da sociedade passaram a reivindicar creches como um direito à educação das crianças de todas as camadas sociais. A pressão desses setores junto à Assembléia Constituinte culminou em um marco importantíssimo na história da creche brasileira: a aprovação das principais reivindicações na Constituição de 1988. Entre os mais importantes artigos figuram os referentes à inclusão da creche no sistema escolar e à educação da criança de zero a seis anos através dessas instituições e da pré-escola (HADDAD, 1993).

Na Constituição Federal de 1988, a educação das crianças de zero a seis anos que antes era concebida apenas como de amparo e assistência, passou a estabelecer que a criança, nessa faixa etária, tem direito à educação e é dever do Estado oferecê-la. Esse passo foi dado graças aos movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças. Nesse sentido, a proteção integral às crianças deve ser assegurada, pela família, pela sociedade e pelo poder público. A inclusão da creche no capítulo da educação define a sua função educativa.

A Constituição Federal de 1988 traz mudanças significativas em relação à concepção do que é e de como deve ser o atendimento educacional oferecido à criança. Enquanto as constituições anteriores viam o atendimento à infância somente na condição assistencialista, de amparo à infância pobre, a nova Constituição além visar o amparo dos pequenos, também passa a se preocupar com a educação dessas crianças. A Constituição de 1988 dá o primeiro passo rumo à superação do caráter assistencialista que predominava no atendimento à infância. O artigo 208 da Constituição de 1988 define que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.

A Constituição Federal atribuiu ao Estado o dever de garantir o atendimento às crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas, especificando que cabe

à União prestar assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para garantir igualdade das oportunidades e padrão mínimo de qualidade. Essa Constituição (art. 211, § 2º), determinou que os municípios atuassem principalmente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece em seu art. 11, inciso V, que os municípios incumbir-se-ão de:

> Oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental, sendo permitida a atuação em outros níveis de ensino apenas quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

O Estatuto da Criança e do Adolescente define os seguintes direitos como fundamentais: direito à vida e à saúde (cap. I), à liberdade, ao respeito e à dignidade (cap. II), à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer (cap. III). Quanto à educação, o direito é previsto para todas as faixas etárias, incluindo a criança de zero a seis anos de idade. O ECA, art. 54-IV, em 1990, ratificou que "é dever do Estado assegurar (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. Tais avanços legais relacionados à educação foram uma vitória social.

> A década de 90 assistiu a alguns novos marcos. Um deles foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que concretizou as conquistas dos direitos das crianças promulgadas pela Constituição. (OLIVEIRA, 2002, p.117).

De acordo com Oliveira (2002), nesse mesmo período, a Coordenadoria de Educação Infantil (COEDI) do MEC, publicou um importante documento nacional, destinado a garantir uma educação de qualidade para crianças de até seis anos, contribuindo para a formulação de normas para a Educação Infantil no Brasil. Esses acontecimentos prepararam o ambiente para a aprovação da Lei 9394/96, que determinou a educação infantil como etapa inicial da educação básica, tornando-se uma grande conquista para a educação, que tirou as crianças pobres do confinamento em instituições ligadas a órgãos de assistência social.

Embora a discussão sobre o currículo e as propostas pedagógicas seja antiga em nosso país, foi durante o período da Constituinte e também nos momentos posteriores à promulgação da Constituição de 1988, que essa questão foi ganhando contornos que envolviam a Educação Infantil. Essas discussões apontavam para a necessidade de uma proposta pedagógico-curricular para a área educacional e ganharam maior força no período de discussão e elaboração da LDB (Lei n° 9394/1996), quando já era possível visualizar a incorporação da Educação Infantil no sistema educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) evidenciou a importância da Educação Infantil, que passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica. Dessa forma, o trabalho pedagógico com a criança adquiriu reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional, que é atender às especificidades do desenvolvimento das crianças dessa faixa etária e contribuir para a construção e o exercício de sua cidadania. Considerar que a criança deve receber cuidados em todos os seus aspectos é fundamental, pois evidencia a necessidade de se considerar a criança como um todo, para promover seu desenvolvimento integral e a sua integração à sociedade.

A creche sofreu inúmeras transformações, chegando hoje a uma definição legal que pretende colocar um fim às discussões sobre seu principal objetivo. Segundo Rizzo (2003), a LDB de 1996, o artigo 29, passa a mencionar a creche no sistema de educação infantil que junto com a educação pré-escolar se torna a primeira etapa da educação básica, com a finalidade de desenvolver integralmente a criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, considerando o ser em todos os seus aspectos. Esta lei ainda vai além, em seu artigo 31, determinando que a avaliação na educação infantil seja realizada através de acompanhamento e registro do desenvolvimento, sem a finalidade de promoção da criança, nem mesmo no acesso para o ensino fundamental. Com isso, o desenvolvimento infantil passa a ser visto de modo amplo em suas características e a ser planejado levando em conta as necessidades da criança.

A inclusão da creche na sociedade proporcionou a vantagem da obrigatoriedade das instituições oferecerem atendimento às crianças de zero a três anos de idade, com objetivo educacional. A creche, portanto, passa a configurar-se não mais como uma agência de guarda e assistência e sim como uma instituição educacional, criando-se novas responsabilidades para o sistema escolar.

De acordo com Rizzo (2003), hoje a creche é vista como um ambiente que deve oferecer condições que proporcionem e estimulem o desenvolvimento integral e harmonioso da criança saudável nos seus primeiros anos de vida, respondendo pelos cuidados integrais da criança na ausência da sua família. Vale salientar que a mulher trabalhadora, operária e até mesmo a dona de casa que precisava da creche para cuidar de seus filhos durante a sua ausência, foi fundamental para que essa instituição adquirisse esse novo conceito e função, pois as mães não queriam apenas alguém que cuidasse dos seus filhos, mas que além desses cuidados, as crianças também tivessem o direito à educação, ou seja, cuidados psicopedagógicos. Por isso essas mães lutaram para que as creches se tornassem também ambientes estimuladores para suas crianças.

> O que caracteriza a creche é o seu tipo de atendimento, cuja finalidade é o atendimento às necessidades de horário e responsabilidades familiares, e distingui-se das outras justamente pela sua maior ou total flexibilidade de horário de funcionamento. (RIZZO, 2003, p.51).

De acordo com Bondioli (2004), a creche é um local de vida cotidiana, construída de espaços, materiais e objetos ao alcance das crianças, com propostas educativas concretas, onde a distribuição do tempo e do espaço está ligada aos modos de educar, que envolvem a relação do ensinar e aprender, em um processo que inclui presteza dos adultos e a curiosidade e necessidades das crianças. A autora comenta ainda que para a creche proporcionar a oportunidade de crescimento para os sujeitos, nela envolvidos, é necessário que ocorra o aperfeiçoamento profissional dos funcionários e uma ampla visão destes para as reais aspirações dos pequenos, além de fatores administrativos desenvolvidos, e estrutura física que atenda à evolução das crianças. Para Rizzo (2003), a creche hoje deve cuidar da segurança física e emocional da criança, incluindo cuidados relativos à segurança, à higiene, à alimentação, ao afeto e, sem dúvida alguma, à educação.

> A definição de uma proposta pedagógica para a creche deve considerar a atividade educativa como ação intencional orientada para a ampliação do universo cultural das crianças, de modo que lhes sejam dadas condições para compreender os fatos e os eventos da realidade, habilitando-os a agir sobre ela de modo transformador. (OLIVEIRA, 2002, p.48).

É preciso ressaltar que apesar de a creche ser ambiente estimulador e acolhedor que presta atendimento as crianças de zero a três anos, jamais substituirá

os cuidados familiares, principalmente nesse período, quando a criança mais necessita de afeto, que é fundamental para a saúde psicológica tanto do bebê como da mãe. Além disso, a presença do pai também é muito importante para ajudar a mulher nos momentos de cuidado com o bebê. Esse triângulo sócio-afetivo é de fundamental importância para a formação da criança. A creche tem a função de complementar os cuidados da família, da sociedade e não de substituí-los para sempre (RIZZO, 2003).

Apesar das inúmeras conquistas ao longo do tempo, a educação infantil ainda não conseguiu o reconhecimento de sua real importância, nem recebeu os investimentos necessários para a efetiva realização de um trabalho de qualidade. A creche pode ser transformada em um espaço de crescimento e de muitas aprendizagens, mas para que isso ocorra é necessário que o educador conheça os processos históricos que marcaram a estruturação dessa instituição, para que assim, possa refletir sobre suas práticas cotidianas e eliminar de sua atuação pedagógica o traço da concepção assistencialista do passado, que trata do cuidado e da guarda pura e simples da criança, sem a pretensão de oferecer a educação-pedagógica tão almejada na atualidade.

Embora as práticas assistencialistas no âmbito da creche tenham sido progressivamente suprimidas ao longo dos anos, entendemos que pelo menos no nível da consciência ainda existem reminiscências das práticas filantrópicas que estiveram presentes na estrutura social durante vários anos. As creches passaram a ser vistas como direito da criança (e não da mãe trabalhadora), como um ambiente onde deveria ocorrer a educação da primeira infância e não somente sua guarda e proteção, e como instituições que deveriam estar vinculadas às Secretarias da Educação e não às Secretarias do Bem-Estar Social apenas por volta da década de 1990, após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa acerca do atendimento prestado à primeira infância pelas creches pode representar um elemento capaz não somente de indicar os aspectos a serem melhorados, mas também pode constituir uma forma de alcançar os educadores e demais profissionais que trabalham nessas instituições, trazendo uma reflexão sobre a importância do trabalho que desenvolvem junto à primeira infância.

Buscando analisar o processo histórico de criação e de consolidação das creches, podemos perceber que antigas práticas e concepções, ainda se fazem presentes no cotidiano dessas instituições, ganhando vida através de diálogos e práticas adotadas por educadores e profissionais da Educação Infantil. Assim, o fato de resgatarmos o processo histórico de criação da creche, de buscarmos entender melhor o seu funcionamento e verificar sua estrutura e forma de atendimento pode contribuir para a melhoria da educação da primeira infância.

Articular as funções de cuidar, educar e brincar na creche requer a realização de um trabalho planejado para estimular o desenvolvimento (motor, social, cognitivo e emocional) das crianças, através de uma intervenção pedagógica estimuladora e orientadora da aprendizagem. A ação educativa na creche pressupõe o trabalho de planejar, de observar e de registrar as atividades realizadas, além de acompanhar o desenvolvimento das crianças, refletindo e avaliando esse trabalho constantemente.

O desafio colocado tanto para os educadores quanto para os gestores de escolas infantis é o de construir uma ação educativa na creche, na maioria das vezes, limitada pelas vivências e experiências sociais, afetivas, cognitivas, motoras e estéticas. Tal meta será alcançada através de um projeto pedagógico que traduza os objetivos, as concepções e as diretrizes do trabalho educativo cotidiano. Apesar das conquistas em termos de direitos da infância, legalmente reconhecidos, interpretações equivocadas acabam por prejudicar a efetivação desses direitos assegurados por lei. Contudo, é necessária a mobilização de grupos e movimentos dispostos a defender uma Educação Infantil de qualidade.

REFERÊNCIAS

BONDIOLI, Anna. **O Projeto pedagógico da creche e a sua avaliação:** a qualidade negociada. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069 de 13 julho de 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394. Brasília, 20 de dezembro 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1993.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko M. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Loyola, 1988.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

RIZZO, Gilda. **Creche**: organização, currículo, montagem e funcionamento. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2003.